



DEPARTAMENTO
NACIONAL DE OBRAS
CONTRA AS SECAS

BALANÇO - 2025

RELATÓRIO CONTÁBIL



Diretor Geral do DNOCS

Fernando Marcondes de Araújo Leão

Diretor Administrativo

Narcélio Moreira Albuquerque

Chefe da Divisão de Recursos Financeiros

Francisco Evaldo Braz Azevedo

Chefe do Serviço de Contabilidade

Jonas Ferreira Araújo Junior

Equipe Técnica

Antônio da Silva Barros

Ciro Pereira Costa Lima

David Cavalcante Lima Neto

Denise Barros de Oliveira

Francisco Wagner Araújo Almeida

Thays Mendes Bezerra

Sumário

Apresentação	4
Demonstrações Contábeis	6
Balanço Patrimonial	6
Demonstrações das Variações Patrimoniais	8
Balanço Orçamentário	9
Balanço Financeiro	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas	15
Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis	15
Ativo Circulante	20
Ativo Não Circulante	22
Passivo Circulante	24
Patrimônio Líquido	26
Atos Potenciais Ativos	26
Atos Potenciais Passivos	27
Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos	28
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	28
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	29
Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais	30
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	31
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	32
Resultado Patrimonial	32
Balanço Orçamentário	33
Execução Orçamentária da Receita	34
Execução Orçamentária da Despesa	35
Execução dos Restos a Pagar	36
Receita Orçamentária	37
Despesa Orçamentária	37
Resultado Financeiro	38
Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	39

Apresentação

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras (DF), são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Os controles para garantir a regularidade, completude, abrangência e observância das normas estão relacionados à integridade da informação contábil. Cada prerrogativa de registros no sistema é passível de conferência mensal e integra o processo de gerenciamento de acesso e segurança.

A conformidade de registro de gestão, observada a segregação de funções, atesta a conformidade com os documentos de suporte.

A conformidade contábil guia-se por procedimentos descritos na Macrofunção-STN 020315 e estabelece como necessária a autonomia profissional, com o propósito de preservar a evidenciação dos efeitos patrimoniais, orçamentários e financeiros nas Demonstrações Contábeis e relatórios extraídos, objetos centrais da Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP).

Os relatórios de propósito geral apresentam a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial do exercício financeiro. É composto pelo Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Demonstração dos Fluxos de Caixa, acompanhadas das respectivas notas explicativas.

- **Balanço Patrimonial** – Evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial através das contas do patrimônio público geridas pelo órgão.
- **Balanço Orçamentário** – Demonstra a execução orçamentária das receitas e despesas ocorridas no exercício, através do confronto das receitas e despesas aprovadas na lei orçamentária anual e aquelas efetivamente executadas.
- **Balanço Financeiro** – Apresenta os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários do período, ajustado com os saldos advindos do exercício anterior, bem como com aqueles transferidos para o exercício seguinte.
- **Demonstração dos Fluxos de Caixa** – Demonstra o fluxo financeiro do período, através das origens e aplicações dos recursos obtidos pelo órgão; baseado nas atividades operacional, investimento e

financeira, evidenciando o fluxo líquido de caixa.

- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – Propõe a evidenciação das alterações ocorridas no patrimônio resultantes ou independentemente da execução orçamentária; através do confronto das variações patrimoniais aumentativas e das variações patrimoniais diminutivas, indicando o resultado patrimonial do exercício
- **Notas Explicativas** – Divulgação (*Disclosure*) complementar relevante às Demonstrações Financeiras - qualidade da “compreensibilidade”.

Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial

ATIVO	2025	2024
ATIVO CIRCULANTE	86.012.269,46	118.187.670,20
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.897.125,46	114.055.566,86
Créditos a Curto Prazo	3.704.140,64	3.519.838,08
Demais Créditos e Valores	3.704.140,64	3.519.838,08
Estoques a Curto Prazo	411.003,36	612.265,26
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.185.736.170,26	6.970.862.199,13
Ativo Realizável a Longo Prazo	53.754.489,24	55.387.499,54
Créditos a Longo Prazo	53.754.489,24	55.387.499,54
Dívida Ativa Não Tributária	53.748.273,20	55.381.283,50
Demais Créditos e Valores	6.216,04	6.216,04
Investimentos	1.056.450,02	1.056.450,02
Participações Avaliadas pelo Método de Custo	1.056.450,02	1.056.450,02
Imobilizado	7.127.238.617,65	6.910.731.636,22
Bens Móveis	423.551.479,94	442.736.452,57
Bens Móveis	627.310.485,02	606.169.824,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-203.759.005,08	-163.433.371,80
Bens Imóveis	6.703.687.137,71	6.467.995.183,65
Bens Imóveis	6.728.873.924,97	6.489.471.100,53
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-25.186.787,26	-21.475.916,88
Intangível	3.686.613,35	3.686.613,35
Softwares	1.484.840,12	1.484.840,12
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	2.201.773,23	2.201.773,23
TOTAL DO ATIVO	7.271.748.439,72	7.089.049.869,33
PASSIVO	2025	2024
PASSIVO CIRCULANTE	1.342.470.534,19	1.268.778.721,00
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	65.415.540,15	58.187.398,61
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	61.938.118,04	87.947.060,32
Transferências Fiscais a Curto Prazo	1.573.453,27	16.573.453,27
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.213.543.422,73	1.106.070.808,80
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4.482,79	4.482,79
Demais Obrigações a Longo Prazo	4.482,79	4.482,79
TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	1.342.475.016,98	1.268.783.203,79
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	2024
Demais Reservas	1.711.914.865,23	1.713.304.581,68
Resultados Acumulados	4.217.358.557,51	4.106.962.083,86
Resultado do Exercício	120.093.242,09	339.529.144,44
Resultados de Exercícios Anteriores	4.108.350.690,31	3.760.932.319,32
Ajustes de Exercícios Anteriores	-11.085.374,89	6.500.620,10
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.929.273.422,74	5.820.266.665,54
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.271.748.439,72	7.089.049.869,33

Quadro Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes
(Lei nº 4.320/1964)

ATIVO	2025	2024
ATIVO FINANCEIRO	81.897.125,46	114.055.566,86
ATIVO PERMANENTE	7.189.851.314,26	6.974.994.302,47
PASSIVO	2025	2024
PASSIVO FINANCEIRO	817.966.213,49	686.604.637,06
PASSIVO PERMANENTE	1.219.498.502,27	1.099.190.033,19
SALDO PATRIMONIAL	5.234.283.723,96	5.303.255.199,08

Quadro das Contas de Compensação
(Lei nº 4.320/1964)

	2025	2024
Atos Potenciais Ativos	664.132.618,23	839.012.013,88
Garantias e Contragarantias Recebidas	26.620.125,02	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	636.930.562,56	811.809.958,21
Direitos Contratuais	581.930,65	581.930,65
Atos Potenciais Passivos	1.113.841.046,31	995.958.020,04
Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	62.871.273,42	75.281.315,62
Obrigações Contratuais	1.050.969.772,89	920.676.704,42

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro
(Lei nº 4.320/1964)

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO/2025	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO/2024
Recursos Não Vinculados	-417.597.988,29	-484.004.327,76
Recursos Vinculados	-318.471.099,74	-88.544.742,44
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-2.090.311,57	-224,22
Previdência Social (RPPS)	-1.247.558,44	-1.030.382,21
Dívida Pública	-55.579.316,80	-106.006.989,37
Fundos, Órgãos e Programas	-259.553.912,93	18.492.853,36
TOTAL	-736.069.088,03	-572.549.070,20

Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.215.391.707,59	2.984.924.845,05
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	2.125.374,87	2.959.452,11
Venda de Mercadorias	10.756,76	32.836,00
Vendas de Produtos	17,00	248,80
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	2.114.601,11	2.926.367,31
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	40.478,09	5.552,24
Juros e Encargos de Mora	40.478,09	5.552,24
Transferências e Delegações Recebidas	2.142.225.759,83	2.825.658.826,19
Transferências Intragovernamentais	2.117.799.698,08	2.699.486.898,74
Outras Transferências e Delegações Recebidas	24.426.061,75	126.171.927,45
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	71.575.838,79	138.144.137,37
Ganhos com Incorporação de Ativos	44.026.270,46	50.109.492,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos	27.549.568,33	88.034.644,93
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	-575.743,99	18.156.877,14
Resultado Positivo de Participações	137.739,69	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-713.483,68	18.156.877,14
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.095.298.465,50	2.645.395.700,61
Pessoal e Encargos	73.281.453,80	78.043.058,89
Remuneração a Pessoal	56.723.135,06	60.077.432,31
Encargos Patronais	10.160.562,89	11.079.863,55
Benefícios a Pessoal	6.236.081,87	6.641.170,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	161.673,98	244.592,49
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	621.256.283,87	591.525.258,26
Aposentadorias e Reformas	278.936.466,59	262.457.604,64
Pensões	335.014.691,16	322.333.668,22
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.305.126,12	6.733.985,40
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	76.666.464,56	97.513.490,84
Uso de Material de Consumo	395.401,05	1.016.000,23
Serviços	29.311.405,80	51.887.233,25
Depreciação, Amortização e Exaustão	46.959.657,71	44.610.257,36
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	945.623,32	204.296,93
Juros e Encargos de Mora	945.211,53	204.296,93
Descontos Financeiros Concedidos	411,79	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.172.918.517,67	1.587.986.351,51
Transferências Intragovernamentais	1.062.416.176,05	1.351.127.615,11
Transferências Intergovernamentais	86.094.532,20	95.579.076,86
Outras Transferências e Delegações Concedidas	24.407.809,42	141.279.659,54
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	150.135.251,36	290.006.373,02
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	215.260,67	-
Perdas com Alienação	71.701,20	-
Perdas Involuntárias	912.772,55	2.072.037,57
Incorporação de Passivos	141.439.058,20	228.260.205,55
Desincorporação de Ativos	7.496.458,74	59.674.129,90
Tributárias	18.352,71	90.932,82
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	62.004,79
Contribuições	18.352,71	28.928,03
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	76.518,21	25.938,34
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	76.518,21	25.938,34
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	120.093.242,09	339.529.144,44

Balanço Orçamentário

Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	3.202.741,00	3.202.741,00	1.941.956,10	-1.260.784,90
Receita Patrimonial	1.659.914,00	1.659.914,00	1.128.799,43	-531.114,57
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	1.659.914,00	1.659.914,00	1.012.048,30	-647.865,70
Valores Mobiliários	-	-	116.751,13	116.751,13
Receita Agropecuária	42.682,00	42.682,00	10.756,76	-31.925,24
Receita Industrial	-	-	17,00	17,00
Receita de Serviços	1.436.102,00	1.436.102,00	717.273,90	-718.828,10
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.436.102,00	1.436.102,00	717.273,90	-718.828,10
Outras Receitas Correntes	64.043,00	64.043,00	85.109,01	21.066,01
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	64.043,00	64.043,00	32.721,63	-31.321,37
Multas e Juros de Mora das Receitas de Capital	-	-	52.387,38	52.387,38
RECEITAS DE CAPITAL	4.367.283,00	4.367.283,00	4.552.805,39	185.522,39
Alienação de Bens	4.367.283,00	4.367.283,00	4.552.805,39	185.522,39
Alienação de Bens Móveis	2.436.129,00	2.436.129,00	2.082.630,00	-353.499,00
Alienação de Bens Imóveis	1.931.154,00	1.931.154,00	2.470.175,39	539.021,39
SUBTOTAL DAS RECEITAS	7.570.024,00	7.570.024,00	6.494.761,49	-1.075.262,51
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	7.570.024,00	7.570.024,00	6.494.761,49	-1.075.262,51
DEFICIT			1.263.500.247,83	1.263.500.247,83
TOTAL	7.570.024,00	7.570.024,00	1.269.995.009,32	1.262.424.985,32
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	-78.558.372,00	-	-78.558.372,00
Créditos Cancelados	-	-78.558.372,00	-	-

Balanço Orçamentário
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	713.009.377,00	734.377.344,00	727.134.041,40	718.831.334,40	664.372.551,04	7.243.302,60
Pessoal e Encargos Sociais	665.059.606,00	681.187.448,00	675.165.185,90	675.165.185,90	622.370.491,58	6.022.262,10
Outras Despesas Correntes	47.949.771,00	53.189.896,00	51.968.855,50	43.666.148,50	42.002.059,46	1.221.040,50
DESPESAS DE CAPITAL	524.280.739,00	424.354.400,00	542.860.967,92	149.912.769,27	141.961.406,90	-118.506.567,92
Investimentos	524.280.739,00	424.354.400,00	542.860.967,92	149.912.769,27	141.961.406,90	-118.506.567,92
SUBTOTAL DAS DESPESAS	1.237.290.116,0	1.158.731.744,00	1.269.995.009,32	868.744.103,67	806.333.957,94	-111.263.265,32
	0					
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	1.237.290.116,0	1.158.731.744,00	1.269.995.009,32	868.744.103,67	806.333.957,94	-111.263.265,32
	0					
TOTAL	1.237.290.116,0	1.158.731.744,00	1.269.995.009,32	868.744.103,67	806.333.957,94	-111.263.265,32
	0					

Execução de Restos a Pagar Não Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	3.257.748,47	2.705.197,59	3.817.659,10	3.806.801,51	1.387.625,75	768.518,80
Pessoal e Encargos Sociais	21.970,12	-	-	-	21.970,12	-
Outras Despesas Correntes	3.235.778,35	2.705.197,59	3.817.659,10	3.806.801,51	1.365.655,63	768.518,80
DESPESAS DE CAPITAL	364.973.536,08	166.472.201,34	176.189.162,48	164.297.046,45	61.991.046,95	305.157.644,02
Investimentos	364.973.536,08	166.472.201,34	176.189.162,48	164.297.046,45	61.991.046,95	305.157.644,02
TOTAL	368.231.284,55	169.177.398,93	180.006.821,58	168.103.847,96	63.378.672,70	305.926.162,82

Execução de Restos a Pagar Processados

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.696.511,82	54.264.283,10	53.767.282,38	3.956,44	2.189.556,10
Pessoal e Encargos Sociais	1.600,27	49.209.468,18	49.209.468,18	-	1.600,27
Outras Despesas Correntes	1.694.911,55	5.054.814,92	4.557.814,20	3.956,44	2.187.955,83
DESPESAS DE CAPITAL	11.810.446,84	100.479.706,49	67.053.683,60	463.225,22	44.773.244,51
Investimentos	11.810.446,84	100.479.706,49	67.053.683,60	463.225,22	44.773.244,51
TOTAL	13.506.958,66	154.743.989,59	120.820.965,98	467.181,66	46.962.800,61

Balanço Financeiro

INGRESSOS	2025	2024
Receitas Orçamentárias	6.494.761,49	8.554.320,07
Recursos Vinculados	6.495.799,51	8.573.830,66
Fundos, Órgãos e Programas	6.494.761,49	8.563.830,66
Recursos Não Classificados	1.038,02	10.000,00
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.038,02	-19.510,59
Transferências Financeiras Recebidas	2.117.790.160,02	2.699.486.898,74
Resultantes da Execução Orçamentária	1.709.548.175,90	1.932.386.081,87
Repasse Recebido	852.827.065,94	964.526.171,02
Sub-repasse Recebido	855.667.982,62	967.859.907,85
Sub-repasse Devolvido	1.053.127,34	3,00
Independentes da Execução Orçamentária	408.241.984,12	767.100.816,87
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	404.328.170,84	756.988.722,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais	3.913.813,28	10.112.094,86
Recebimentos Extraorçamentários	465.245.556,28	267.945.786,27
Inscrição de Restos a Pagar Processados	62.410.145,73	97.449.361,80
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	401.250.905,65	169.177.398,93
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	433.725,01	564.643,78
Outros Recebimentos Extraorçamentários	1.150.779,89	754.381,76
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10,74	15.059,43
Arrecadação de Outra Unidade	1.150.769,15	739.322,33
Saldo do Exercício Anterior	114.055.566,86	75.500.055,77
Caixa e Equivalentes de Caixa	114.055.566,86	75.500.055,77
TOTAL	2.703.586.044,65	3.051.487.060,85
DISPÊNDIOS	2025	2024
Despesas Orçamentárias	1.269.995.009,32	1.162.562.525,34
Recursos Não Vinculados	338.455.307,78	1.114.085.809,72
Recursos Vinculados	931.539.701,54	48.476.715,62
Seguridade Social (Exceto Previdência)	551.865.563,74	1.744.155,00
Previdência Social (RPPS)	37.017.103,99	40.425.127,92
Fundos, Órgãos e Programas	342.657.033,81	6.307.432,70
Transferências Financeiras Concedidas	1.062.416.176,05	1.351.127.615,11
Resultantes da Execução Orçamentária	856.721.109,96	968.385.532,65
Repasse Concedido		525.621,80
Sub-repasse Concedido	855.667.982,62	967.859.907,85
Sub-repasse Devolvido	1.053.127,34	3,00
Independentes da Execução Orçamentária	205.695.066,09	382.742.082,46
Transferências Concedidas para Pagamento de RP	203.401.789,21	379.113.265,10
Demais Transferências Concedidas	110.131,73	83.465,85
Movimento de Saldos Patrimoniais	2.183.145,15	3.545.351,51
Pagamentos Extraorçamentários	289.277.733,82	423.741.353,54
Pagamento de Restos a Pagar Processados	120.820.965,98	77.619.989,04
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	168.103.847,96	341.475.733,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	352.919,88	398.285,66
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	4.247.344,88
Demais Pagamentos		4.247.344,88

Saldo para o Exercício Seguinte	81.897.125,46	114.055.566,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	81.897.125,46	114.055.566,86
TOTAL	2.703.586.044,65	3.051.487.060,85

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	235.457.253,96	547.748.154,85
INGRESSOS OPERACIONAIS	2.121.316.610,28	2.703.933.273,88
Receita Patrimonial	1.128.799,43	1.598.107,94
Receita Agropecuária	10.756,76	32.836,00
Receita Industrial	17,00	248,80
Receita de Serviços	717.273,90	1.335.034,27
Outras Receitas Derivadas e Originárias	85.109,01	176.182,02
Outros Ingressos Operacionais	2.119.374.654,18	2.700.790.864,85
Ingressos Extraorçamentários	433.725,01	564.643,78
Transferências Financeiras Recebidas	2.117.790.160,02	2.699.486.898,74
Arrecadação de Outra Unidade	1.150.769,15	739.322,33
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.885.859.356,32	-2.156.185.119,03
Pessoal e Demais Despesas	-711.021.253,82	-706.699.820,07
Administração	-96.738.441,73	-114.650.051,32
Previdência Social	-608.979.953,94	-584.597.228,01
Urbanismo	-1.179.885,80	-462.288,09
Agricultura	-4.115.459,33	-6.983.488,32
Encargos Especiais	-7.523,76	-21.823,76
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	10,74	15.059,43
Transferências Concedidas	-112.069.006,57	-93.712.053,31
Intergovernamentais Concedidas	-101.094.532,20	-81.857.564,64
A Estados e/ou Distrito Federal	-100.460.078,00	-77.981.929,96
A Municípios	-634.454,20	-3.875.634,68
Intragovernamentais Concedidas	-10.974.474,37	-11.854.488,67
Outros Desembolsos Operacionais	-1.062.769.095,93	-1.355.773.245,65
Dispêndios Extraorçamentários	-352.919,88	-398.285,66
Transferências Financeiras Concedidas	-1.062.416.176,05	-1.351.127.615,11
Demais Pagamentos		-4.247.344,88
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-267.615.695,36	-509.192.643,76
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	4.552.805,39	5.411.911,04
Alienação de Bens	4.552.805,39	5.411.911,04
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-272.168.500,75	-514.604.554,80
Aquisição de Ativo Não Circulante	-250.237.081,12	-479.725.128,05
Outros Desembolsos de Investimentos	-21.931.419,63	-34.879.426,75
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE	-32.158.441,40	38.555.511,09

CAIXA		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	114.055.566,86	75.500.055,77
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	81.897.125,46	114.055.566,86

Notas Explicativas

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Financeiras 2025 foram elaboradas a partir das informações do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

O propósito geral é fornecer informações sobre a gestão do patrimônio público e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira. Os usuários poderão encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira da entidade.

O escopo normativo de suporte às atividades de contabilidade é a Constituição Federal – CF, Lei 4.320/64, Decreto 93.872/86, Normas Brasileiras de Contabilidade – NBCs do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP da STN.

Principais critérios e políticas contábeis

(a) Caixa e Equivalentes de caixa

Equivalente a Conta caixa, depósitos bancários e aplicações com liquidez imediata. Esses valores têm sua mensuração realizada pelo valor de custo e, quando for o caso, acrescentado dos rendimentos auferidos.

(b) Créditos a curto prazo

Compreendem os direitos a receber a curto prazo. Os valores são mensurados pelo custo histórico e acrescidos dos juros e encargos moratórios, quando aplicável. O ajuste para perdas é registrado com base na análise dos riscos.

(c) Estoque

Na entrada, esses bens são mensurados pelo valor de aquisição. Na saída, o método de mensuração dos estoques é o custo médio ponderado. Se for o caso, o estoque poderá ser ajustado mediante as contas para ajustes ou redução do valor de mercado.

(d) Ativo realizável a longo prazo

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, serão acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios. Com base na análise dos riscos de realização dos créditos é registrado o ajuste para perdas.

(e) Investimentos

Compostos por participações permanentes, estas representam os investimentos realizados em empresas e consórcios públicos. São mensurados pelo método de custo, sendo reconhecidas as perdas apuradas em avaliações periódicas.

(f) Imobilizado

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. Inicialmente, o reconhecimento é através do custo de aquisição ou construção. Após o reconhecimento inicial, esses bens ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão (caso tenha vida útil definida), assim como também estão sujeitos à redução ao valor recuperável e à reavaliação.

Caso ocorra gastos posteriores à aquisição ou construção, esses gastos serão incorporados ao valor do imobilizado se tais gastos aumentarem a vida útil do bem e forem capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se esses gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos como variações diminutivas do período.

(g) Intangíveis

Os direitos referentes à bens incorpóreos são avaliados com base no valor de aquisição ou produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada, bem como o montante acumulado das perdas de valor que tenham sofrido por redução ao valor recuperável.

(h) Depreciação

Por se tratar de uma Autarquia, a depreciação, amortização e exaustão têm base legal na Lei nº4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000, nas Normas Brasileiras de Contabilidade do Setor Público (NBC TSP), no MCASP, Na Lei nº

10.180/2001 e no Decreto nº 6.976/2009. O custo, tanto o direto como o indireto, do ativo imobilizado ou do ativo intangível é utilizado como base de cálculo para depreciação, amortização ou exaustão. O método de cálculo é o das quotas constantes e apurado mensalmente a partir do mês seguinte à data da disponibilidade do bem em uso, com exceção aos bens imóveis cadastrados no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet). Neste caso o valor da depreciação dos bens imóveis é apurado mensal e automaticamente pelo sistema SPIUnet sobre o valor depreciable, utilizando o método da Parábola de Kuentzle, sendo apurada no mesmo dia em que o bem é colocado em condição de uso.

(i) Passivo Circulantes e Não Circulantes

As obrigações são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, e quando for o caso, serão acrescidos dos correspondentes encargos das variações monetárias ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulantes e não circulantes apresentam:

- I. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais;
- II. Fornecedores;
- III. Obrigações fiscais; e
- IV. Demais obrigações.

(j) Benefícios a Empregados

Os benefícios a empregados que são referentes ao curto prazo para empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência equivalente aos serviços prestados e são registrados como variação patrimonial diminutiva. Os benefícios relacionados a aposentadorias e pensões, também são reconhecidos por regime de competência.

(k) Apuração do Resultado

São apurados os seguintes resultados:

- I. Patrimonial;
- II. Orçamentário; e
- III. Financeiro.

Resultado patrimonial

A apuração do resultado patrimonial requer a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD). As VPA são reconhecidas se for provável que os benefícios econômicos ocorram e quando puderem ser mensurados com confiança. As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorra decréscimos nos benefícios econômicos potenciais que implicam na saída de recursos, redução de ativos ou aumento de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após, o resultado é refletido na conta de “Superávit/Déficit do Exercício”. Os detalhes do confronto entre VPA e VPD são evidenciados na Demonstração das Variações Patrimoniais.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios que ocorrem durante o exercício e alteram as disponibilidades do DNOCS. No balanço financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Além disso, também é possível verificar o resultado financeiro na demonstração dos fluxos de caixa.

Resultado Orçamentário

O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas; no balanço orçamentário é apresentado o superávit/déficit do exercício. O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, segundo este artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, portanto, é adotado o regime de caixa, diferente daquele adotado no regime contábil que utiliza o regime de competência.

Conformidade Contábil das Demonstrações Contábeis

A conformidade contábil é a certificação de que as demonstrações contábeis geradas pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi) estão de acordo com a Lei nº4.320/1964, com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e com os procedimentos da Macrofunção 020315 do Manual Siafi.

A conformidade contábil tem o propósito de padronizar e evidenciar as impropriedades que causam distorção relevante nas demonstrações contábeis. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN) desenvolveu o registro de restrição contábil na conformidade contábil da entidade objeto, elencando um rol de restrições que podem ser aplicáveis de acordo com a relevância da inconsistência.

No DNOCS, o processo de conformidade contábil está estruturado assim:

- I. **Setorial Contábil de Unidade Gestora** – sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil de uma determinada unidade gestora executora;
- II. **Setorial Contábil de Órgão** – sendo responsável pelo acompanhamento da execução contábil do órgão, compreendendo as unidades gestoras que lhe pertencem.

Tanto os gestores, quanto os profissionais de contabilidade são responsáveis pela conformidade das demonstrações contábeis; os gestores pelos atos e fatos que impactam as demonstrações e os profissionais, pelas informações e eventuais inconsistências.

O objetivo da conformidade é garantir que os aspectos relevantes das informações sejam verdadeiros e confiáveis. As restrições e ressalvas não se direcionam aos gestores, uma vez que nas tratativas internas os gestores já são informados, mas, aos usuários e representam ponderações quanto à interpretação dos atos e fatos relatados. É nesse contexto que a Macrofunção-STN 020315 estabelece como necessários, o distanciamento dos conformistas aos atos de gestão, a autonomia da setorial de contabilidade e a estrutura adequada para atender aos propósitos de evidênciação contábil.

Ativo Circulante

O Ativo Circulante é formado majoritariamente por Caixa e Equivalentes de Caixa, com saldo de R\$ 81,8 milhões apurados no fim do exercício de 2025, representando um decréscimo de -28,20% em relação a 2024 e 95,22% do total do Ativo Circulante em 2025.

Segundo o Decreto n.º 11.415, de 16/02/2023, ao final do exercício financeiro as unidades gestoras executoras devem devolver os saldos remanescentes dos recursos à Secretaria do Tesouro Nacional, exceção aos recursos próprios.

Em 31 de dezembro a conta Limite de Saque (Caixa) apresentava um saldo de R\$81,8 milhões e desses, R\$48,9 milhões estavam comprometidos com Ordens de Pagamento diversas, a maior parte referente à Folha de pagamento de dezembro/2025, paga no início de 2026.

Os *Créditos a Curto Prazo* aumentaram 5,24% em comparação ao período do ano anterior, conforme tabela a seguir. Esses créditos são compostos por Adiantamentos remuneratórios concedidos a pessoal ativo (R\$105 mil), adiantamento de salários e Termos de Execução Descentralizada – TEDs, no valor de R\$3,3 milhões.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Caixa e Equivalentes de Caixa	95,22%	81.897.125,46	-28,20%	114.055.566,86
Créditos a Curto Prazo	4,31%	3.704.140,64	5,24%	3.519.838,08
Estoques a Curto Prazo	0,48%	411.003,36	-32,87%	612.265,26
TOTAL	100,00%	86.012.269,46	-55,83%	118.187.670,20

Impende destacar que o Ativo Circulante e o Ativo Não Circulante se encontram subavaliados em razão da ausência de reconhecimento dos créditos a receber decorrentes da alienação de lotes de perímetros de irrigação.

Essa inconsistência se iniciou em 2015 com o advento do novo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, que introduziu na Administração Pública o reconhecimento da Receita Pública pelo regime de competência, fato que leva em consideração não o recebimento, mas a transferência da propriedade. Nesse sentido, todas as alienações de lotes devem figurar no Ativo do DNOCS como valores a receber de curto e longo prazo.

Para corrigir essa distorção, é necessário a definição do valor a receber por lote e seu custo correspondente, para que se reconheça na contabilidade o direito a receber e a consequente e respectiva baixa do custo.

Com o intuito de se registrar os valores a receber, o Setor de Controle de Arrecadação (DA/SCA), órgão vinculado à Diretoria Administrativa, foi consultado sobre a composição dos ativos. Na ocasião se manifestou informando não possuir bases objetivas e confiáveis de mensuração e que a situação seria diferente se houvesse um sistema informatizado de controle, mas os custos elevados de desenvolvimento e as limitações orçamentárias não permitiram sua obtenção, assim, também não foi possível efetuar os registros, ocasionando distorções nos saldos do Ativo Circulante e do Ativo Não Circulante.

Para solucionar a equação contábil 0040 - VPA A CLASSIFICAR, todos os meses são realizados lançamentos das receitas arrecadadas com ajustes de exercícios anteriores, que não corrige a distorção mas reconhece cada arrecadação recebida. Nos exercícios de 2024 e 2025 foram lançados os seguintes montantes em ajustes de exercícios anteriores, conforme a arrecadação verificada:

Regularização VPA

em Reais		
mês	2025	2024
Janeiro	777.659,72	133.197,40
Fevereiro	93.833,56	186.700,46
Março	72.394,48	677.375,67
Abril	113.661,78	110.187,07
Maio	113.536,12	507.929,19
Junho	70.495,13	1.043.035,32
Julho	380.004,96	285.079,21
Agosto	135.173,68	1.354.632,79
Setembro	185.424,01	187.505,94
Outubro	1.063.272,81	222.066,77
Novembro	262.716,69	356.734,04
Dezembro	727.773,16	281.127,12
Total	3.995.946,10	5.345.570,98

Fonte: Siafi

Ainda não há uma apropriação adequada dos créditos referentes a essas receitas, pois trata-se de contratos antigos sem informações dos valores históricos dos

custos incorridos na construção dos imóveis rurais, objetos dos contratos que geraram os recebimentos acima.

Em razão do exposto, referida distorção foi consignada na Declaração do Contador.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante é formado pelos itens *Ativo Realizável a Longo Prazo*, *Investimentos*, *Imobilizado* e *Intangível*. O *Imobilizado* possui a maior participação na formação do *Ativo Não Circulante*, R\$7,1 bilhões de saldo, o equivalente a 99,19% no exercício.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Ativo Realizável a Longo Prazo	0,75%	53.754.489,24	-2,95%	55.387.499,54
Investimentos	0,01%	1.056.450,02	0,00%	1.056.450,02
Imobilizado		7.127.238.617,6		
	99,19%	5	3,13%	6.910.731.636,22
Intangível	0,05%	3.686.613,35	0,00%	3.686.613,35
		7.185.736.170,2		
TOTAL	100,00%	6	0,18%	6.970.862.199,13

A Dívida Ativa Não-Tributária representa 99,99% do Realizável a Longo Prazo e obteve um declínio de 2,95% no último ano; créditos relativos à acórdãos do Tribunal de Contas da União que tratam de decisões do tribunal sobre prestações de contas de transferências voluntárias realizadas pelo DNOCS.

Vale ressaltar que ainda não há integração entre o SIAFI e o sistema SAPIENS utilizado pela Procuradoria Federal, assim, os valores apresentados não estão conciliados com os saldos daquele sistema.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Dívida Ativa Não Tributária	99,99%	53.748.273,20	-2,95%	55.381.283,50
Demais Créditos e Valores	0,01%	6.216,04	0,00%	6.216,04
TOTAL	100,00%	53.754.489,24	-2,95%	55.387.499,54

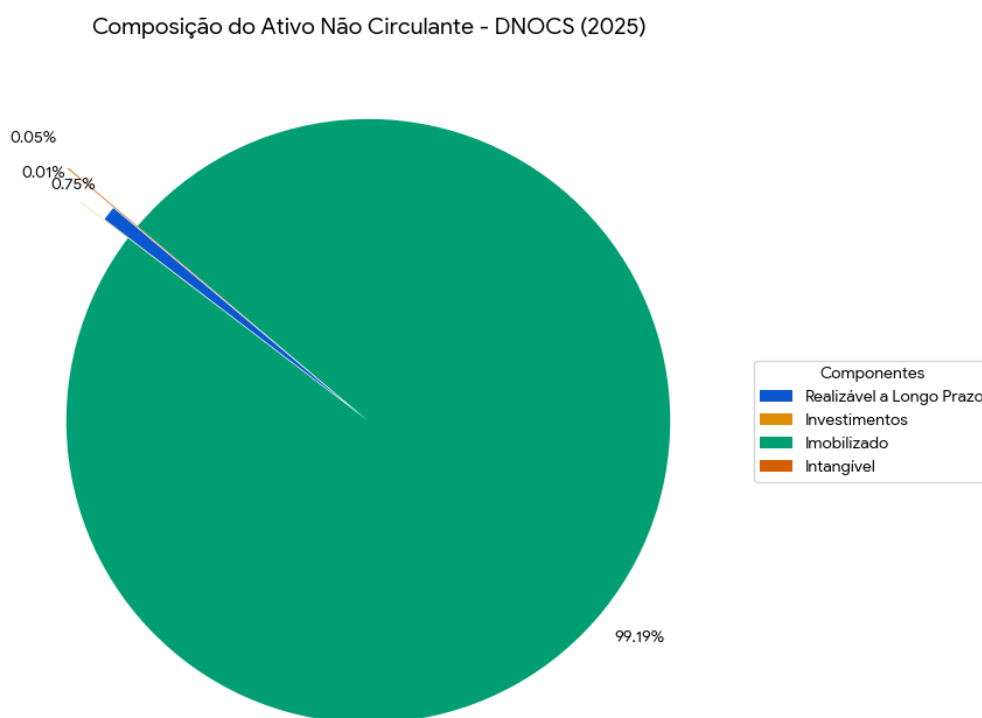
A respeito do Ativo Realizável a Longo Prazo e conforme apresentado na nota explicativa do Ativo Circulante, esse item também se encontra subavaliado também pela ausência de reconhecimento dos créditos a receber de alienação de lotes de irrigação.

A ressalva está consignada na Declaração do Contador.

Investimentos são participações societárias de empresas públicas adquiridas até o ano 2000 das áreas de saneamento e telecomunicações e ainda mantidos em carteira.

O *Imobilizado* atingiu um montante de R\$7,1 bilhões no encerramento do exercício e teve um aumento de 3,13%, representando 99% do Ativo Não Circulante e os bens imóveis foram o principal fator para o incremento, crescendo R\$235,6 milhões.

Gráfico da Composição do Ativo Não-Circulante



Imobilizado

Imobilizado	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Bens Móveis	5,94%	423.551.479,94	28,16%	442.736.452,57
Bens Móveis	8,80%	627.310.485,02	3,49%	606.169.824,37
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão		-203.759.005,0		-163.433.371,8
Acum. de Bens Móveis	-2,86%	8	24,67%	0
Bens Imóveis		6.703.687.137,7		6.467.995.183,6
	94,06%	1	20,97%	5
Bens Imóveis		6.728.873.924,9		6.489.471.100,5
	94,41%	7	3,69%	3
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum.		-25.186.787,26		-21.475.916,88
de Bens Imóveis	-0,35%		17,28%	
			4	
		7.127.238.617,6		6.910.731.636,2
TOTAL	100,00%	5	9,13%	2

Em relação aos Bens Imóveis, Obras em Andamento, componente do Ativo Imobilizado, há alguns saldos alongados e outros que por sua natureza não deveriam ser incorporados, mas que na ausência de um mapeamento de processos institucionalizado e operacionalmente aderente, os registros inconsistentes tornam-se de difícil identificação.

Nos anos de 2018 e 2019, foi realizado um amplo esforço das unidades DA/DRL/MP e DA/DRF/CO para a reclassificação dos saldos de obras já concluídas. Na ocasião, R\$1,3 bilhão foram reclassificados e R\$2 bilhões permaneceram nas contas de *Obras em Andamento e Bens a Classificar*.

Em 2021 foram envidados novos esforços, utilizando-se da mesma metodologia empregada em 2018 e 2019.

Sem pretensão de mapear o processo e apenas com o propósito de estabelecer marcos de comunicação entre as áreas técnicas, financeiro, controle patrimonial e contabilidade e na tentativa de organizar o fluxo informacional, foi emitida a IN-DNOCS n.º 02/2022, que estabeleceu procedimentos para o início, acompanhamento e conclusão das obras.

Em 2023 promoveu-se novos levantamentos de saldos, diligências e processos foram abertos na busca pela identificação de valores divergentes. Como resultado, foram reclassificados R\$208 milhões, entretanto, ainda se verifica saldos alongados que distorcem as demonstrações.

Atualmente a área de TI está desenvolvendo um banco de dados unificado de obras em andamento no sistema APOENA, com codificação SIAFI atrelada ao n.º CIPI, viabilizando o controle por obra, geolocalização, possibilitando a acumulação de seu valor histórico por centro de custos até a conclusão, transferência e registros cartoriais, se assim a destinação do imóvel e a legislação aplicada o dispuser, terminando pela inclusão do cadastro do imóvel no sistema de gerenciamento de bens de uso especial da União – SPIUNet.

A ressalva foi consignada na Declaração do Contador.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante apresentou um saldo de R\$1,34 bilhão, distribuído nas contas a seguir.

Obrigações Trab., Prev. e Assist. A Pagar a curto Prazo, R\$65,4 milhões, 4,87% do passivo total, refletindo as obrigações de curto prazo e provisões da folha de pagamento de dezembro de 2025, pagas no início de 2026.

Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, 4,61% do total; trata de Restos a Pagar Processados e *Transferências Fiscais a Curto Prazo*, com apenas 0,12%.

Transferências Fiscais a Curto Prazo, com R\$1,5 milhões, 0,12% do total, com significativas alterações no último ano, representando as obrigações com parcelas de convênios firmados com municípios.

Passivo Circulante

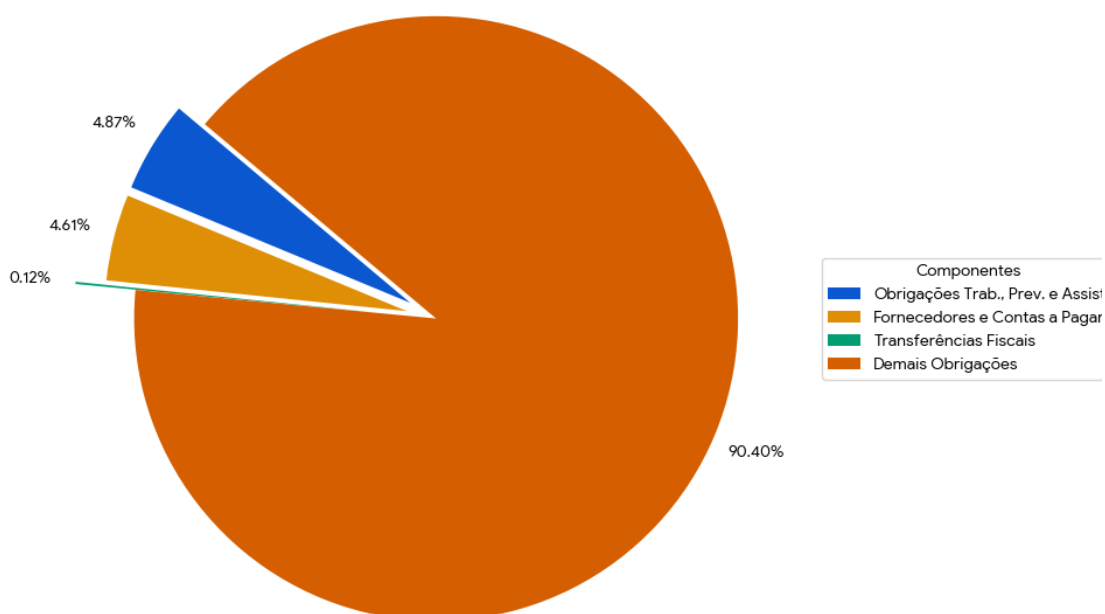
	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	4,87%	65.415.540,15	12,42%	58.187.398,61
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4,61%	61.938.118,04	-29,57%	87.947.060,32
Transferências Fiscais a Curto Prazo	0,12%	1.573.453,27	-90,51%	16.573.453,27
Demais Obrigações a Curto Prazo	90,40%	1.213.543.422,7		1.106.070.808,
		3	9,72%	80

		1.342.470.534,1		1.268.778.721,00
TOTAL	100,00%	9	-97,94%	

Demais Obrigações a Curto Prazo, apresenta o montante mais expressivo, R\$1,2 bilhão, representando 90,4% do Passivo Circulante e registra, principalmente, Termos de Execução Descentralizadas a comprovar.

Composição Gráfica do Passivo Circulante

Composição do Passivo Circulante - DNOCS (2025)



Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido teve um aumento de 1,87% impulsionada pelo resultado apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (Resultado do Exercício), que teve uma variação de 9,24%; por Resultados de Exercícios Anteriores com um acréscimo de R\$347 milhões em relação ao exercício anterior.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Demais Reservas		1.711.914.865,2		1.713.304.581,6
	28,87%	3	-0,08%	8
Resultados Acumulados		4.217.358.557,5		4.106.962.083,8
	71,13%	1	2,69%	6
Resultado do Exercício	2,03%	120.093.242,09	-64,63%	339.529.144,44
Resultados de Exercícios Anteriores		4.108.350.690,3		3.760.932.319,3
	69,29%	1	9,24%	2
Ajustes de Exercícios Anteriores	-0,19%	-11.085.374,89	-270,53%	6.500.620,10
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.929.273.422,7		5.820.266.665,5
	100,00%	4	1,87%	4

Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos são compostos por garantias e contragarantias recebidas, *Direitos conveniados e Outros Instrumentos Congêneres* e Direitos Contratuais. Em comparação ao ano de 2024, os *Atos Potenciais Ativos* tiveram uma redução de 21,54% no exercício de 2025.

Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres é, dentre os atos potenciais ativos apresentados no “Quadro das contas de Compensação” do Balanço Patrimonial, o item mais relevante (95,9%); e em comparação com o exercício de 2024, teve uma redução de R\$174,8 milhões nos direitos conveniados e outros instrumentos congêneres.

Garantias e Contragarantias Recebidas representavam, no fim do exercício de 2024, 3,17% do total e não houve alteração em relação ao último ano.

Atos Potenciais Ativos

Atos Potenciais Ativos	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Garantias e Contragarantias Recebidas	4,01%	26.620.125,02	0,00%	26.620.125,02
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres	95,90%	636.930.562,56	-21,54%	811.809.958,21
Direitos Contratuais	0,09%	581.930,65	0,00%	581.930,65
TOTAL	100,00%	664.132.618,23	-21,54%	839.012.013,88

Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos do DNOCS são formados pelos itens: “Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres” e “Obrigações Contratuais”. De acordo com a Lei nº 4.320/1964, atos potenciais são aqueles que podem vir a afetar, mediata ou imediatamente, o patrimônio.

Como mostra a tabela a seguir, no encerramento do exercício de 2025 os atos potenciais passivos tinham um saldo de R\$1,11 bilhão, e o principal item que compunha os atos potenciais passivos do DNOCS era *Obrigações Contratuais*, representando 94,36% deste saldo. Estas obrigações contratuais consistem no controle dos contratos celebrados pela Administração Pública na figura de contratante, com o objetivo de obter bens e serviços de terceiros.

Atos Potenciais Passivos				
Atos Potenciais Passivos	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	5,64%	62.871.273,42	-16,48%	75.281.315,62
Obrigações Contratuais	94,36%	1.050.969.772,89	14,15%	920.676.704,42
TOTAL	100,00%	1.113.841.046,31	-2,33%	995.958.020,04

A partir de 1º de janeiro de 2025, todos os documentos de cobrança passaram a ser lançados no sistema de contratos com reflexos diretamente no SIAFI.

O Contratos.gov.br desempenha um papel fundamental como ferramenta governamental para a Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional. O Sistema engloba diversos aspectos da Gestão Contratual, incluindo a emissão de empenhos decorrentes de contratações públicas, Fiscalização Contratual e Atas de Registro de Preços, conforme estabelecido na Nova Lei de Licitações e Contratos, Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

A iniciativa trouxe benefícios significativos ao processo de compras públicas, em especial à Gestão contratual, orçamentária e financeira, promovendo uma maior transparência, precisão e agilidade e por conseguinte, saldos conciliados no final do exercício, entretanto, considerando que em 31/12/2025 ainda havia saldos alongados e ou desatualizados e como ainda não foi estabelecida a individualização dos contratos para o SIAFI, a ressalva foi mantida na Declaração do Contador.

Já o item *Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres* representaram uma pequena parcela de 5,64% dos Atos Potenciais Passivos em 31/12/2025. Os atos potenciais passivos, apresentaram em 2025 uma redução de 2,33% quando comparado a 2024.

Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos

Em 2025, o grupo “*Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços*” apresentou saldo de R\$2,12 milhões, representando uma diminuição de 28,18% em relação ao exercício anterior, conforme apresentado na tabela abaixo.

Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	AV%	2025	AH%	2024
Venda de Mercadorias	0,51%	10.756,76	-67,24%	32.836,00
Vendas de Produtos	0,00%	17,00	-93,17%	248,80
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	99,49%	2.114.601,11	-27,74%	2.926.367,31
	100,00%	2.125.374,87	-28,18%	2.959.452,11
TOTAL		87		1

Vale ressaltar que os valores obtidos com a exploração e venda de bens e serviços, receita própria, representam menos de 5% das receitas totais, quando compreendidas as transferências governamentais recebidas.

Por volta de 90% da receita própria advém de aluguéis e leilões e apenas 10% do fornecimento de água.

Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) equivalem às receitas contábeis. A Demonstração das Variações Patrimoniais mostra uma redução das VPAs em 2025, passando de R\$2,9 bilhões para R\$2,2 bilhões (redução de 25,78%).

Transferências intergovernamentais são responsáveis por 95,59% das receitas de 2025, visto que o DNOCS se configura uma estatal dependente do orçamento fiscal e da seguridade social; apresentando uma diminuição de 21,55% em comparação ao período de 2024.

Variações Patrimoniais Aumentativas

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS	AV%	2025	AH%	2024
Venda de Mercadorias	0,00%	10.756,76	-67,24%	32.836,00
Vendas de Produtos	0,00%	17,00	-93,17%	248,80
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,10%	2.114.601,11	-27,74%	2.926.367,31
Juros e Encargos de Mora	0,00%	40.478,09	629,04%	5.552,24
Transferências Intragovernamentais	95,59%	2.117.799.698,08	-21,55%	2.699.486.898,74
Outras Transferências e Delegações Recebidas	1,10%	24.426.061,75	-80,64%	126.171.927,45
Ganhos com Incorporação de Ativos	1,99%	44.026.270,46	-12,14%	50.109.492,44
Ganhos com Desincorporação de Passivos	1,24%	27.549.568,33	-68,71%	88.034.644,93
Resultado Positivo de Participações	0,01%	137.739,69	#DIV/0!	0
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	-0,03%	-713.483,68	-103,93%	18.156.877,14
TOTAL	100,00%	2.215.391.707,59	-25,78%	2.984.924.845,05

Análise das Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD), que no setor público equivalem ao conceito de despesa sob o enfoque patrimonial, apresentaram uma redução de 20,79% em 2025. O montante regrediu de R\$ 2,6 bilhões (2024) para R\$ 2,09 bilhões no exercício atual.

Destaques e Justificativas

Transferências e Delegações Concedidas: Observou-se uma queda expressiva de quase 83%, totalizando aproximadamente R\$ 24,4 milhões em 2025.

VPDs Financeiras (Juros e Encargos de Mora): Em contrapartida, houve um aumento de 362,67%. Esse incremento decorre de ajustes operacionais na transição para os sistemas EFD-Reinf e DCTFWeb da Secretaria da Receita Federal (SRF).

Diferenciação de Regimes e Impactos Financeiros

A dinâmica dos encargos financeiros no órgão é ditada pela natureza do tributo e seu respectivo fato gerador:

Tributos Federais (Regime de Caixa): A retenção e o recolhimento ocorrem apenas no momento do pagamento ao fornecedor. Portanto, eventuais atrasos no fluxo de caixa não geram VPDs financeiras (multas ou juros), pois a obrigação tributária ainda não foi deflagrada.

Contribuições Previdenciárias (Regime de Competência): Diferentemente dos demais tributos, estas devem ser apuradas no momento da emissão da nota fiscal.

A desconexão entre a emissão do documento fiscal e o recebimento de repasses financeiros (seja do Ministério supervisor ou TED) impossibilita o recolhimento intempestivo. Com a implementação do EFD-Reinf e da DCTFWeb, o rigor na apuração automatizada desses atrasos tornou-se absoluto, refletindo diretamente no aumento das VPDs financeiras registradas.

Variações Patrimoniais Diminutivas

VPD	AV%	2025	AH%	2024
Remuneração a Pessoal	2,71%	56.723.135,06	-5,58%	60.077.432,31
Encargos Patronais	0,48%	10.160.562,89	-8,30%	11.079.863,55
Benefícios a Pessoal	0,30%	6.236.081,87	-6,10%	6.641.170,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,01%	161.673,98	-33,90%	244.592,49
Aposentadorias e Reformas	13,31%	278.936.466,59	6,28%	262.457.604,64
Pensões	15,99%	335.014.691,16	3,93%	322.333.668,22
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,35%	7.305.126,12	8,48%	6.733.985,40
Uso de Material de Consumo	0,02%	395.401,05	-61,08%	1.016.000,23
Serviços	1,40%	29.311.405,80	-43,51%	51.887.233,25
Depreciação, Amortização e Exaustão	2,24%	46.959.657,71	5,27%	44.610.257,36
Juros e Encargos de Mora	0,05%	945.211,53	362,67%	204.296,93
Descontos Financeiros Concedidos	0,00%	411,79	-%	-
Transferências Intragovernamentais	50,70%	1.062.416.176,05	-21,37%	1.351.127.615,11
Transferências Intergovernamentais	4,11%	86.094.532,20	-9,92%	95.579.076,86
Outras Transferências e Delegações Concedidas	1,16%	24.407.809,42	-82,72%	141.279.659,54
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,01%	215.260,67	-%	-
Perdas com Alienação	0,00%	71.701,20	-%	-
Perdas Involuntárias	0,04%	912.772,55	-55,95%	2.072.037,57
Incorporação de Passivos	6,75%	141.439.058,20	-38,04%	228.260.205,55
Desincorporação de Ativos	0,36%	7.496.458,74	-87,44%	59.674.129,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00%	-	-%	62.004,79
Contribuições	0,00%	18.352,71	-36,56%	28.928,03
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	0,00%	76.518,21	195,00%	25.938,34
	100,00%	2.095.298.465,	-20,79%	2.645.395.700,
TOTAL		50		61

Remuneração a Pessoal e Encargos Patronais

O grupo de Pessoal e Encargos, totalizaram R\$73,2 milhões apresentando uma redução nas despesas com pessoal ativo de 6,10% quando comparado a 2024. O item despesas com remuneração a pessoal totalizou R\$56,7 milhões (77,4% do saldo do grupo), apresentando uma redução de 5,58%. Os encargos patronais sofreram uma redução de 8,30%.

Pessoal e Encargos	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Remuneração a Pessoal	77,40%	56.723.135,06	-5,58%	60.077.432,31
Encargos Patronais	13,87%	10.160.562,89	-8,30%	11.079.863,55
Benefícios a Pessoal	8,51%	6.236.081,87	-6,10%	6.641.170,54
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,22%	161.673,98	-33,90%	244.592,49
TOTAL	100,00%	73.281.453,80	-6,10%	78.043.058,89

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

O grupo “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” correspondem às VPD relativas às aposentadorias, pensões e outros benefícios previdenciários do RPPS e RGPS. Em dezembro de 2025, os benefícios previdenciários e assistenciais obtiveram um montante de R\$621,25 milhões, representando uma variação positiva de 5,03%, conforme tabela.

Benefícios Previdenciários e Assistenciais	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Aposentadorias e Reformas	44,90%	278.936.466,59	6,28%	262.457.604,64
Pensões	53,93%	335.014.691,16	3,93%	322.333.668,22
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	1,18%	7.305.126,12	8,48%	6.733.985,40
TOTAL	100,00%	621.256.283,87	5,03%	591.525.258,26

Gastos com *Pensões* é o item mais representativo de benefícios previdenciários e assistenciais, R\$335 milhões ou 53,93% do grupo e supera em R\$56 milhões as aposentadorias e reformas, com 44,9%.

Os gastos com *Aposentadorias e Reformas* (RGPS e RPPS) atingiram R\$278,93 milhões em 2025, apresentando um aumento de 6,28% em relação a 2024.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Esse grupo compreende as demais despesas necessárias para a manutenção da operação do órgão. As despesas com serviços totalizaram R\$29,3 milhões (43,51% a menos que no exercício anterior), correspondendo a 38,23% do grupo. As despesas com Depreciação, Amortização e Exaustão atingiram R\$46,9 milhões, o equivalente a 61,25%.

Segundo o § 2º do art. 15 da Lei nº 4.320/1964, materiais permanentes são itens que atendem à condição de duração superior a dois anos, enquanto materiais com duração inferior a 2 anos são considerados “de consumo”.

O item *Uso de Material de Consumo*, contribuíram com apenas 0,52% das despesas deste grupo, somando R\$395,4 mil.

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Uso de Material de Consumo	0,52%	395.401,05	-61,08 %	1.016.000,2 3
Serviços	38,23%	29.311.405,80	-43,51 %	51.887.233,25
Depreciação, Amortização e Exaustão	61,25%	46.959.657,71	5,27%	44.610.257,36
TOTAL	100,00 %	76.666.464,56	-99,33 %	97.513.490,84

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	0,14%	215.260,67	0	0
Perdas com Alienação	0,05%	71.701,20	0	0
Perdas Involuntárias	0,61%	912.772,55	-55,95%	2.072.037,57
Incorporação de Passivos	94,21%	141.439.058,20	-38,04%	228.260.205,55
Desincorporação de Ativos	4,99%	7.496.458,74	-87,44%	59.674.129,90
TOTAL	100,00 %	150.135.251,36	-48,23%	290.006.373,02

Em 2025 a desincorporação de ativos foi R\$7,49 milhões, variação de 87,44% contra R\$59,6 milhões do ano anterior, assim o grupo de desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos reduziu em 48,23%.

A redução de 87,44% no saldo das desincorporações de ativos pode ser explicada, em parte, pela natural desaceleração do programa de desfazimento de bens móveis inservíveis. Após um ciclo intensivo de 14 leilões realizados entre 2021 e 2025, que consolidou a estratégia de racionalização do acervo patrimonial, observa-se uma redução no estoque remanescente de itens obsoletos. No exercício de 2025, foram realizados 03 leilões, frente aos 04 ocorridos em 2024, apresentando um volume de arrecadação significativamente menor (R\$ 1.500.350,00 contra R\$ 2.832.590,00). Esse cenário sugere que a política de desfazimento atingiu um estágio de maturidade, resultando em uma menor disponibilidade de bens para alienação e consequente baixa contábil no período

Resultado Patrimonial

A apuração do resultado patrimonial é a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos acontecerão, sendo necessário que esses benefícios possam ser mensurados de forma confiável, utilizando-se do regime de competência. As VPD são reconhecidas quando é provável que ocorram decréscimos nos benefícios econômicos, implicando a saída de recursos, redução de ativos ou assunção e passivos, conforme o regime de competência.

O resultado patrimonial apurado no exercício de 2024 apresentou um saldo menor em R\$335,28 milhões, conforme demonstrado na tabela a seguir.

DVP	AH(%)	2025	2024
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	-25,78%	2.215.391.707,59	2.984.924.845,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	-20,79%	2.095.298.465,50	2.645.395.700,61
TOTAL		120.093.242,09	339.529.144,44

Sofreu uma redução de R\$ 219.435.902,35, saindo de um superávit de R\$ 339,5 milhões em 2024 para R\$ 120,1 milhões em 2025.

A redução de 64,63% no resultado patrimonial do exercício pode ser explicada, primordialmente, pelo decréscimo acentuado nas Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA), que recuaram 25,78% (aproximadamente R\$ 769,5 milhões a menos que em 2024). Esse movimento foi impulsionado majoritariamente pela queda nas Transferências e Delegações Recebidas, que passaram de R\$ 2,82 bilhões para R\$ 2,14 bilhões. Embora as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD) também tenham apresentado redução (-20,79%), esta não foi suficiente para compensar a queda na receita, resultando em um saldo final menor.

Outros pontos relevantes que impactaram a composição do resultado incluem:

Desincorporação de Ativos, pois houve uma redução drástica de 87,44% nesta conta, saindo de R\$ 59,6 milhões em 2024 para R\$ 7,49 milhões em 2025. Conforme o Relatório de Gestão, este fenômeno pode estar associado à maturidade da política de desfazimento de bens, visto que, após 14 leilões desde 2021, o estoque de bens inservíveis reduziu-se significativamente, restando apenas 03 leilões no exercício atual.

Transferências Concedidas, pois do lado das despesas (VPD), a maior economia ocorreu nas Transferências e Delegações Concedidas, que diminuíram cerca de R\$ 415 milhões.

Incorporação de Passivos, que registrou-se uma queda de R\$ 228,2 milhões para R\$ 141,4 milhões, o que sugere um menor reconhecimento de obrigações sem contrapartida patrimonial no exercício.

Serviços Operacionais, uma vez que nota-se uma redução expressiva nas despesas com Serviços, que caíram de R\$ 51,8 milhões para R\$ 29,3 milhões, o que pode refletir as medidas de eficiência na gestão predial e o uso de sistemas como o Almoxarifado Virtual.

Balanço Orçamentário

Balanço Orçamentário apresenta as receitas e despesas orçamentárias por categoria econômica e origem, especificando previsão inicial, previsão atualizada, receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação.

As Despesas Orçamentárias são apresentadas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Em decorrência da utilização do superávit financeiro de exercícios anteriores para abertura de créditos adicionais, apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior ao de referência, o Balanço Orçamentário demonstrará uma situação de desequilíbrio entre a previsão atualizada da receita e a dotação atualizada. Essa situação também pode ser causada pela reabertura de créditos adicionais, especificamente os créditos especiais e extraordinários que tiveram o ato de autorização promulgado nos últimos quatro meses do ano anterior, caso em que esses créditos serão reabertos nos limites de seus saldos e incorporados ao orçamento do exercício financeiro em referência.

O superávit financeiro de exercícios anteriores, quando utilizado como fonte de recursos para abertura de créditos adicionais, não pode ser apresentado como parte da receita orçamentária do Balanço Orçamentário no cálculo do resultado orçamentário.

As receitas de transferências intraorçamentárias não compõem a coluna de receitas, mas as despesas realizadas na execução orçamentária e financeira compõem a coluna de despesas, gerando os desequilíbrios.

O Balanço Orçamentário 2025 apresenta previsão de Receitas (corrente e de capital) no montante de R\$7,5 milhões e previsão de execução de despesas (corrente e de capital) no valor de R\$ R\$1,2 bilhão. Contudo, foram realizadas receitas no valor de R\$6,4 milhões e despesas empenhadas no valor de R\$1,2 bilhão.

$$\text{Receitas Realizadas} + \text{Déficit} = \text{Despesas Realizadas}$$

É importante explicar que as transferências recebidas não estão contidas nas colunas de receitas do Balanço Orçamentário do Órgão, decorrendo daí um desequilíbrio esperado. Apenas no balanço Orçamento consolidado da União (BGU), ocorrerá o equilíbrio.

Execução Orçamentária da Receita

Com R\$7,5 milhões de receitas previstas e R\$6,49 milhões de receitas arrecadadas, houve déficit de arrecadação no valor de R\$1,075 milhão.

As maiores contribuições para esses números ocorreram na alienação de bens (Receitas de Capital), que representou 57,69% do total ou R\$4,5 milhões, seguido pela receita patrimonial com 21,93% ou R\$1,1 milhão. Esse valor corresponde ao que o órgão arrecadou com aluguéis de imóveis próprios.

	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS	SUPERÁVIT/ DÉFICIT	AV(%)
RECEITAS CORRENTES	3.202.741,00	1.941.956,10	-1.260.784,90	42,31%
Receita Patrimonial	1.659.914,00	1.128.799,43	-531.114,57	21,93%
Receita Agropecuária	42.682,00	10.756,76	-31.925,24	0,56%
Receita Industrial	0,00	17,00	17,00	0,00%
Receita de Serviços	1.436.102,00	717.273,90	-718.828,10	18,97%
Outras Receitas Correntes	64.043,00	85.109,01	21.066,01	0,85%
RECEITAS DE CAPITAL	4.367.283,00	4.552.805,39	185.522,39	57,69%
TOTAL	7.570.024,00	6.494.761,49	-1.075.262,51	100,00%

A receita de capital representou 57,69% do total e corresponde às alienações de bens móveis e imóveis em um montante de R\$4,5 milhões, do total de R\$6,49 milhões das receitas totais arrecadadas. Já as receitas correntes responderam por R\$1,94 milhão ou 42,31% do total.

O quadro abaixo apresenta as variações ocorridas dentro dos grupos das receitas, sendo as primeiras, subdivisões das receitas correntes e as duas últimas, alienação de bens móveis e imóveis, subdivisões das receitas de capital.

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	% DE REALIZAÇÃO	AV(%)
Receita Patrimonial	1.659.914,00	1.128.799,43	-531.114,57	-32,00%	21,93%
Receita Agropecuária	42.682,00	10.756,76	-31.925,24	-74,80%	0,56%
Receita Industrial	0,00	17,00	17,00	#DIV/0!	0,00%
Receita de Serviços	1.436.102,00	717.273,90	-718.828,10	-50,05%	18,97%
Outras Receitas Correntes	64.043,00	85.109,01	21.066,01	32,89%	0,85%
Alienação de Bens Móveis	2.436.129,00	2.082.630,00	-353.499,00	-14,51%	32,18%
Alienação de Bens Imóveis	1.931.154,00	2.470.175,39	539.021,39	27,91%	25,51%
			-1.075.262,		
TOTAL	7.570.024,00	6.494.761,49	51	-14,20%	100,00%

Execução Orçamentária da Despesa

Segundo o art.58 da Lei nº 4.320/1964, o empenho é ato emanado da autoridade competente que cria a obrigação de pagamento. A despesa orçamentária é considerada como do exercício se tiver passado pelo estágio de empenho, mesmo que não seja possível afirmar se foi efetivamente realizada.

Nessa fase, é possível assegurar apenas que os recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) estão reservados para alguma finalidade pública.

Cabe explicar que no Balanço Orçamentário, embora a coluna de Dotação contemple apenas dotações próprias do órgão e consignados na LOA, as colunas de despesas contemplam também a execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), portanto, execuções de dotações de outros órgãos públicos. Esse fato compromete a análise do percentual de execução da dotação orçamentária disponível(atualizada), se tomar como base unicamente essa demonstração contábil.

Por outro lado, é possível analisar a execução orçamentária e financeira a partir da fase do empenho. Assim é que a despesa empenhada foi de R\$1,26 bilhão, a despesa executada (liquidada) foi de R\$ 868 milhões e a despesa paga foi de R\$ 806 milhões, portanto, restando um saldo de empenhos a executar de R\$ 401 milhões ou 31,59%, portanto, 68,41% da despesa empenhada foi executada.

R\$463 milhões ou 53,37% da despesa executada (liquidada) não foi paga e se converteu em restos a pagar processados de 2025, logo, 90% da despesa executada (liquidada) foi efetivamente paga.

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA		PAGAMENTO DA DESPESA EXECUTADA (LIQUIDADADA)	
				SALDO DE EMPENHOS	% DE EXECUÇÃO DA DESPESA EMPENHADA (LIQUIDADAÇÃO)	DESPESA EMPENHADA E NÃO PAGA	% PAGA DA DESPESA EXECUTADA (LIQUIDADADA)
DESPESAS CORRENTES	727.134.041,40	718.831.334,40	664.372.551,04	8.302.707,00	98,86%	62.761.490,36	92,42%
Pessoal e Encargos Sociais	675.165.185,90	675.165.185,90	622.370.491,58	0,00	100,00%	52.794.694,32	92,18%
Outras Despesas Correntes	51.968.855,50	43.666.148,50	42.002.059,46	8.302.707,00	84,02%	9.966.796,04	96,19%
DESPESAS DE CAPITAL	542.860.967,92	149.912.769,27	141.961.406,90	392.948.198,65	27,62%	400.899.561,02	94,70%
Investimentos	542.860.967,92	149.912.769,27	141.961.406,90	392.948.198,65	27,62%	400.899.561,02	94,70%
TOTAL	1.269.995.009,32	868.744.103,67	806.333.957,94	401.250.905,65	68,41%	463.661.051,38	92,82%

Execução dos Restos a Pagar

Restos a pagar são as despesas empenhadas, mas que constam como pendentes no seu pagamento na data de encerramento do exercício financeiro anterior. O conceito de restos a pagar está relacionado ao estágio da despesa pública, representados pelo empenho,

liquidação e pagamento. O empenho, sendo o primeiro estágio de comprometimento da despesa pública, refere-se à reserva de dotação orçamentária para futuro pagamento de um produto ou serviço específico no momento da contratação. A liquidação consiste no segundo estágio, trata-se da verificação do direito adquirido pelo credor após a entrega do bem ou serviço objeto do gasto. Por fim, o pagamento é o terceiro estágio da despesa, resultando na extinção da obrigação.

Quando o pagamento deixa de ser efetuado no exercício do empenho, há a inscrição em restos a pagar. Estes, quando inscritos, serão classificados em processados e não processados.

Os restos a pagar processados equivalem às despesas empenhadas e liquidadas, mas não pagas no exercício. Já os restos a pagar não processados se referem a despesas empenhadas, mas ainda não liquidadas, consequentemente não pagas no final do exercício. Os restos a pagar que, no encerramento do ano seguinte à sua inscrição, permaneceram pendentes de pagamento são reinscritos em restos a pagar.

Balanço Financeiro

No Balanço Financeiro é possível analisar os ingressos e dispêndios dos recursos classificados por receitas e despesas orçamentárias e extraorçamentárias.

Receita Orçamentária

O Balanço Financeiro apresenta os fluxos de caixa e equivalentes de caixa de forma diferente da apresentada nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa, separando as receitas e despesas orçamentárias das extraorçamentárias e de transferência; além de seguir o regime de caixa.

As fontes vinculadas determinam, no momento da arrecadação, a destinação dos recursos de acordo com as vinculações legais. Já as fontes de recursos ordinárias não têm destinação específica, podendo ser utilizadas para qualquer finalidade.

O Balanço Financeiro apresenta o detalhamento da receita orçamentária em valores brutos por grupo de fonte, com uma linha contendo o total de deduções. Em 2025, o total de ingressos somou R\$2,7 bilhões, R\$347,9 milhões a menos que no período anterior.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Recursos Vinculados	0,24%	6.495.799,51	-24,24%	8.573.830,66
(-) Deduções da Receita Orçamentária	0,00%	-1.038,02	-94,68%	-19.510,59
Transferências Financeiras Recebidas	78,33%	2.117.790.160,02	-21,55%	2.699.486.898,74
Recebimentos Extraorçamentários	17,21%	465.245.556,28	73,63%	267.945.786,27
Saldo do Exercício Anterior	4,22%	114.055.566,86	51,07%	75.500.055,77
TOTAL	100,00%	2.703.587.082,67	-15,76%	3.051.506.571,44

As transferências Financeiras Recebidas constituíram 78,33% do total de receitas do período, somando R\$2,1 bilhões, um total de R\$581,69 milhões a menos que os ingressos em 2024.

Despesa Orçamentária

No exercício de 2025, a despesa orçamentária executada totalizou R\$2,7 bilhões, correspondendo a uma redução de 11,4% em relação ao exercício anterior.

	AV(%)	2025	AH(%)	2024
Recursos Não Vinculados	12,52%	338.455.307,78	-69,62%	1.114.085.809,72
Recursos Vinculados	34,46%	931.539.701,54	1821,62%	48.476.715,62
Transferências Financeiras Concedidas	39,30%	1.062.416.176,05	-21,37%	1.351.127.615,11
Pagamentos Extraorçamentários	10,70%	289.277.733,82	-31,73%	423.741.353,54
Saldo para o exercício seguinte	3,03%	81.897.125,45	-28,20%	114.055.566,86
TOTAL	100,00%	2.703.586.044,64	-11,40%	3.051.487.060,85

Resultado Financeiro

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado de transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e com o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentário). No exercício de 2025, o resultado financeiro foi deficitário em R\$32,1 milhões, como detalha a tabela a seguir.

	2025	2024	AH(%)
Receitas Orçamentárias	6.494.761,49	8.554.320,07	-24,08%
Despesas Orçamentárias	1269995009,32	1.162.562.525,34	9,24%
Resultado Orçamentário	-1.263.500.247,83	-1.154.008.205,27	9,49%
Transferências Financeiras Recebidas	2.117.790.160,02	2.699.486.898,74	-21,55%
Transferências Financeiras Concedidas	1.062.416.176,05	1.351.127.615,11	-21,37%
Transferências Financeiras Líquidas	1.055.373.983,97	1.348.359.283,63	-21,73%
Recebimentos Extraorçamentários	465.245.556,28	267.945.786,27	73,63%
Pagamentos Extraorçamentários	289.277.733,82	423.741.353,54	-31,73%
Resultado Extraorçamentário	175.967.822,46	-155.795.567,27	-212,95%
Resultado Financeiro do Exercício	-32.158.441,40	38.555.511,09	-183,41%

Entre os recebimentos extraorçamentários, mais de 99% correspondem à inscrição em restos a pagar, sendo 86,24% em restos a pagar não processados e 13,41% em restos a pagar processados. Já os pagamentos extraorçamentários, 41,77% são referentes aos pagamentos dos restos a pagar processados e 58,11% referentes aos pagamentos dos restos a pagar não processados.

Em relação às transferências Financeiras Recebidas de 2025, 80,72% (R\$1,7 bilhão) são resultantes da execução orçamentária, sendo R\$852 milhões de repasse recebido e R\$855 milhões de sub-repasse recebido. Os demais 19,28% de transferências recebidas são para pagamento de restos a pagar, e são independentes da execução orçamentária. Já em relação às transferências financeiras concedidas, R\$856 milhões (80,64%) são resultantes da execução orçamentária, e R\$205 milhões (19,36%) são independentes da execução orçamentária.

Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa

As informações dos fluxos de caixa permitem avaliar como a entidade obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como estes foram usados. A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta esses fluxos classificados por atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

No encerramento de 2025, o DNOCS registrou uma geração líquida de caixa e equivalentes de caixa negativa de R\$ 32,1 milhões. Esse resultado representa uma inversão significativa em relação ao exercício de 2024, que havia apresentado uma geração positiva de aproximadamente R\$ 38,5 milhões.

	2025	AH(%))	2024	Variação Nominal
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	235.457.253,96	-57,01 %	547.748.154,85	-312.290.900,89
INGRESSOS OPERACIONAIS	2.121.316.610,28	-21,55 %	2.703.933.273,88	-582.616.663,60
DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	-1.885.859.356,32	-12,54 %	-2.156.185.119,03	270.325.762,71
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-267.615.695,36	-47,44 %	-509.192.643,76	241.576.948,40
INGRESSOS DE INVESTIMENTO	4.552.805,39	-15,87 %	5.411.911,04	-859.105,65
Alienação de Bens	4.552.805,39	-15,87 %	5.411.911,04	-859.105,65
DESEMBOLSOS DE INVESTIMENTO	-272.168.500,75	-47,11 %	-514.604.554,80	242.436.054,05
Aquisição de Ativo Não Circulante	-250.237.081,12	-47,84 %	-479.725.128,05	229.488.046,93
Outros Desembolsos de Investimento	-21.931.419,63	-37,12 %	-34.879.426,75	12.948.007,12
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-32.158.441,40	-183,41 %	38.555.511,09	-70.713.952,49
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	114.055.566,86	51,07%	75.500.055,77	38.555.511,09
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	81.897.125,46	-28,20 %	114.055.566,86	-32.158.441,40

Essa variação negativa de R\$ 32,1 milhões é explicada, primordialmente, pelo desempenho das atividades operacionais, que sofreram uma redução de 57,01% na geração de recursos, caindo de R\$ 547,7 milhões para R\$ 235,4 milhões. Embora os desembolsos de investimento também tenham diminuído no período (passando de R\$ 514,6 milhões para R\$ 272,1 milhões), a queda acentuada nos ingressos operacionais — que recuaram mais de R\$ 582 milhões — foi o fator determinante para o consumo líquido das disponibilidades do órgão ao final do exercício

Em relação às atividades de financiamento, não houve movimentação de caixa referente a esse grupo nos últimos dois exercícios financeiros do DNOCS.